



Projeto de
Luiz Otávio
ajuda mutuário

Página 6



Eurípedes saúda
frente pela
igualdade racial

Página 6



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.758 - Brasília, segunda-feira, 11 de agosto de 2003

Na pauta, MP da antecipação de receitas

Votações de amanhã do Plenário dependem do exame da medida provisória que trata da antecipação de receitas dos entes federativos.

Página 7

Propaganda de bebidas pode sofrer restrição

Projeto de Mesquita Júnior que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas na TV e no rádio será analisado pela Comissão de Educação.

Página 7

CPI recebe informações do Paraná

Deputados estaduais do Paraná que investigam evasão de divisas devem oferecer amanhã informações à CPI Mista do Banestado.

Página 7

Senado quer contribuir com reforma tributária

■ Sarney recebe de governadores as reivindicações de estados e municípios a respeito da reforma tributária e garante que o "Senado não vai abdicar do desejo de discutir esses pontos, uma vez que é a Casa da Federação"



DIÁLOGO Eduardo Braga, Marconi Perillo, Aécio Neves e Germano Rigotto apresentam a Sarney a proposta dos estados

O presidente do Senado externou aos governadores sua posição a favor de que estados e municípios passem a compartilhar as contribuições, em especial as que venham a ser instituídas. Para

Sarney, o fato de a reforma haver iniciado a tramitação pela Câmara não impede que o Senado intervenha ativamente na sua discussão. "Rui Barbosa já dizia que o senador representa um estado. Essa é a função do Se-

nado e nada mais justo que, no caso da reforma tributária, participemos intensamente. Os governadores nos procuram porque sabem que é aqui o núcleo no qual temos que discutir todos esses pontos."

Página 3

PREVIDÊNCIA

Senadores manifestam interesse em aperfeiçoar a proposta de reforma da Previdência enviada pelo Executivo

Página 5

Fátima Cleide volta a pedir por nigeriana

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu ao presidente Lula que volte a solicitar ao presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, perdão para Amina

Lawal, condenada à pena de morte por apedrejamento em virtude de praticar adultério. A execução, informou a senadora, está marcada para o próximo dia 28.

– A morte de Amina Lawal vai representar

um verdadeiro atentado contra os direitos da mulher – protestou Fátima, depois de ler carta de Lula endereçada ao presidente nigeriano, na qual, inclusive, concede asilo a Amina.

Na carta, o presidente brasileiro observou que o caso Lawal tem sido objeto de preocupação dele e da sociedade brasileira, e alertou que em nenhum momento o governo desejou interferir em assuntos internos daquele país. O apelo, conforme salientou na carta, “é exclusivamente motivado por uma preocupação humanitária com a vida humana”.

Eletronorte

Fátima Cleide aplaudiu a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao Projeto de Lei nº 271/2001 de autoria da senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, que exclui a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Medida provisória entra na pauta de votações do Senado

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, sem votação de matérias. Na sessão de amanhã, lidera a pauta a Medida Provisória (MP) nº 120, que prorroga prazo de antecipação de receita da União com os

estados e o DF, referente a compensação financeira pela exploração, em seus territórios, de recursos hídricos para geração de energia elétrica, petróleo e gás natural. Os outros itens da pauta só serão analisados se a MP for votada pelos senadores.



Programação monetária em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã, às 10h, para votar, entre outros itens, a Mensagem do Executivo nº 146/03, que encaminha ao Senado a programação monetária relativa

ao terceiro trimestre de 2003 e o Projeto de Lei da Câmara nº 34/01, que trata da construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

CPI do Banestado ouve deputados paranaenses

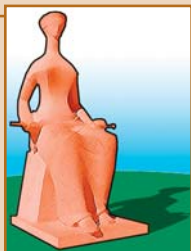
Amanhã, a partir das 9h, a CPI do Banestado vai ouvir a exposição do presidente e do relator da CPI do Banestado do estado do Paraná, deputados Neivo Beraldin e Mário Sérgio Bradock. A comissão é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) - foto.



Comissão analisa restrições à propaganda de bebida

A partir das 11h30, amanhã, a Comissão de Educação (CE) se reúne para analisar os Projetos de Lei do Senado, de nº 182/03 e nº 558/99. O primeiro cria normas e advertências sobre o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas

em serviços de rádio e televisão. A segunda proposição destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos.



Reforma do Poder Judiciário em debate na CCJ

Na quarta-feira, a partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública para instruir a PEC nº 29/00, que trata da reforma do Poder Judiciário, com a presença dos presidentes Rubens Approbato Machado, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Marfan Martins Vieira, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e Cláudio Baldino Maciel, da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Zilda Arns na TV Senado

O programa *Entrevista*, exibido pela TV Senado, conversa hoje, às 12h30, com a fundadora e coordenadora do trabalho da Pastoral da Criança, Zilda Arns. Pela terceira vez consecutiva, o governo brasileiro indica ao prêmio Nobel da Paz a Pastoral da Criança, entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que atende a mais de um milhão e seiscentas mil crianças brasileiras, menores de seis anos.

Semana de Software Livre

De 18 a 22 de agosto será realizada no Congresso Nacional a “Semana de Software Livre no Legislativo”, que discutirá aplicações e efeitos do uso de programas de computador abertos no Brasil. Estão previstas palestras, debates e mesas-redondas com especialistas nacionais e internacionais. As inscrições, limitadas, podem ser feitas pela Internet, no endereço www.congresso.gov.br/softwarelivre.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mozarildo destaca papel da Rede Globo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) ressaltou a importância da presença da Rede Globo de Televisão no processo de integração da Amazônia ao resto do Brasil.

Segundo ele, quando a Rede Globo passou a atuar com seu noticiário e programas de entretenimento na região, em 1970, teve início um trabalho progressivo de aproximação das populações isoladas aos demais estados brasileiros.

Segundo Mozarildo, foi a visão especial e capacidade de trabalho do jornalista Roberto Marinho que protagonizou essa verdadeira revolução feita pela comunicação que resultou em mais brasilidade na Amazônia, garantindo a soberania cultural brasileira em todos os pequenos municípios de fronteira dos estados da região.

Lúcia Vânia faz homenagem a Roberto Marinho

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou pesar pela morte do jornalista e empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. A senadora disse que Marinho “foi um grande empreendedor, que contribuiu para projetar o Brasil no cenário internacional”.

Lúcia Vânia destacou ainda o papel do empresário na educação e na defesa da cidadania, ressaltando que ele pautou a atuação de suas empresas por uma extrema sensibilidade social. A senadora lembrou as campanhas realizadas pelas Organizações Globo, como Criança Esperança, Ação Global, Ciranda da Educação, Amigos da Escola, Globo Comunidade e Prêmio Jovem Cientista, além das vinhetas educativas transmitidas por seus veículos de comunicação.



TV integrou Amazônia, diz Mozarildo



Para Lúcia Vânia, empresário projetou o país

José Cruz

Rosevelt Pinheiro

José Cruz

Jucá anuncia frente em defesa dos municípios

A partir de iniciativa da bancada do PMDB, o senador Romero Jucá (RR) anunciou, em Plenário, a criação no Senado da frente parlamentar em favor dos municípios, formada por parlamentares de diversos partidos. A principal missão da frente, disse, é examinar a reforma tributária e propor mudanças, para encontrar solução equilibrada que responda às necessidades dos municípios.

Jucá informou que a instalação da frente contou com a presença de diversos senadores, como o líder do



Waldemir Rodrigues

APOIO Objetivo é acompanhar a reforma tributária, disse Jucá

recuperação dos municípios. Senadores, deputados e o governo federal estão sensíveis à situação dos municípios. Há a preocupação necessária para buscar um bom entendimento.

Jucá lembrou que os prefeitos estão se organizando, prevenindo inclusive manifestações de protesto. “Mas tenho certeza que o entendimento vai prevalecer e que não será necessária confrontação.”

Automóveis

Jucá também elogiou a decisão do governo de reduzir em três pontos percentuais a

alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis com motores de até 2 mil cilindradas. O senador destacou também o anúncio da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) de que as demissões dos funcionários da Volkswagen serão revistas.

Pavan protesta contra “corte radical” nos repasses do FPM

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) voltou a protestar contra o “corte radical” promovido pelo governo no repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele alertou que a decisão do presidente Lula, que classificou de “impensada”, irá sacrificar ainda mais a situação financeira de grande parte dos municípios brasileiros, que, observou, já é grave.

Segundo Pavan, a maioria dos municípios, com a redução, não terá condições de saldar suas dívidas nem de levar à frente projetos que atenderiam diretamente aos interes-



José Luiz

ALERTA Segundo Pavan, municípios não poderão saldar suas dívidas

ocorrida sexta-feira em Santa Catarina, onde anunciaram a disposição de paralisar todas as atividades municipais, exceto nas áreas de educação e saúde.

O líder da Minoria, senador Efraim Moraes (PFL-PB), anunciou em aparte que na próxima quinta-feira seu partido vai promover, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, reunião com prefeitos de todo o país para discutir as dificuldades financeiras dos municípios. Efraim aproveitou o aparte para dizer que apresentará emenda à reforma da Previdên-

cia impedindo a taxaço dos servidores inativos.

Leonel Pavan disse que também vai votar contra a taxaço.

Segundo afirmou, o governo não pode sacrificar ainda mais os servidores nem culpá-los pelo rombo nos cofres da Previdência Social.



Jane de Araújo

ENCONTRO Sarney recebeu sexta-feira cinco governadores para discutir mudanças na legislação tributária

Sarney: reforma tributária terá contribuição do Senado

■ “Não vamos abrir mão de participar ativamente dos debates”, afirma o presidente da Casa

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou sexta-feira, após ter recebido cinco governadores que apresentaram reivindicações dos estados e municípios a respeito da proposta de reforma tributária, que a Casa não vai abrir mão de participar ativamente das discussões sobre a matéria. Estiveram no encontro Aécio Neves (MG), Eduardo Braga (AM), Marconi Perillo (GO), Wilma de Faria (RN) e Germano Rigotto (RS).

— Os governadores me procuraram para dizer que estão negociando com o governo federal os pontos que julgam fundamentais, e eu disse que o Senado deseja uma conclusão satisfatória para essas negociações, e que nós não vamos abdicar do nosso desejo de aqui na Casa discutir esses pontos — ressaltou. Sarney afirmou ainda que o debate sobre a reforma tributária necessita da participação dos governadores como interlocutores de destaque no processo de diálogo sobre o assunto.

Em pronunciamento em nome da Comissão Diretora, em Plenário, Sarney comunicou que, na conversa com os governadores, manifestou, institucionalmente, o desejo dos senadores de participarem, “intensa e profundamente”, das discussões sobre a reforma.

— Nós jamais deixaríamos de aprofundar, em todos os seus pontos, a reforma tributária. Esta Casa certamente vai examinar, discutir, aprofundar e participar intensamente dos debates.

Para Sarney, o fato de a tramitação da reforma ter sido iniciada na Câmara não impede que o Senado intervenha ativamente na discussão.

— O Senado é a Casa da Federação, e Rui Barbosa já dizia que o senador representa um estado. Estamos vendo hoje que os governadores estão procurando o Senado porque sabem que é aqui o núcleo no qual temos que discutir todos esses pontos.

Sarney ressaltou que o Senado pode alterar o texto de uma reforma aprovada na Câmara. “Quem pode o mais pode o menos; toda reforma que chega aqui pode ser alterada.”

Após o encontro, Sarney informou que deixou claro aos governadores sua posição a fa-

vor de que estados e municípios passem a compartilhar as contribuições, especialmente as que venham a ser instituídas.

— No que se refere à Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico], acho que isso já está de certo modo decidido — afirmou.

O senador considera necessário reparar a situação criada pela Constituição, ao determinar a partilha dos impostos, que no entanto foram transformados em contribuições e deixaram de ser repartidos com os estados e municípios.

— É claro que para corrigir isso não podemos criar uma realidade impossível para a União. Vamos discutir de modo que, ao longo do tempo, em várias etapas, essas distorções sejam corrigidas, e seja encontrado um terreno onde essas contribuições possam ser ajustadas a uma participação com os estados e municípios.

Roberto Marinho

Sarney registrou também que participou quinta-feira, no Rio de Janeiro, dos funerais do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, quando expressou a seus familiares o pesar que não era somente dos senadores, mas de todo o Brasil, pelo desaparecimento do jornalista e empresário.

Papaléo quer normatizar publicidade de remédios



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA Papaléo Paes diz que automedicação causa a maioria das intoxicações

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou projeto de lei para normatizar a promoção e publicidade de medicamentos no Brasil, argumentando que "a saúde e a integridade humana constituem bem primordial, por conseguinte de alta relevância em todos os sentidos". Assim, entende o senador, é necessário acompanhar a promoção mercadológica que incentiva a automedicação, causa do grande número

de intoxicações medicamentosas no Brasil.

A distribuição de amostras grátis pelos laboratórios aos profissionais de saúde também está incluída na normatização sugerida por Papaléo Paes no Projeto nº 308/2003. Atualmente, as amostras grátis são distribuídas sem nenhum controle, o que tem levado a um comércio ilegal de amostras.

A distribuição de brindes aos profissionais de saúde e a pro-

moção de eventos pelas empresas produtoras, distribuidoras e comercializadoras de medicamentos precisam ser coibidas, defende o senador, para que se evite a "atual situação promíscua que se estabeleceu entre a comunidade de profissionais de saúde e os laboratórios farmacêuticos, dando azo a situações em que, ao lado da má conduta ética, o ônus maior recai, inexoravelmente, sobre o paciente".



Roque de Sá

POSIÇÃO Teotonio afirma que Planalto joga para a platéia, de olho na reeleição em 2006

Teotonio vê Lula indeciso sobre reforma

O governo não possui, na avaliação do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), convicção ideológica a respeito da reforma da Previdência Social, diante do "recuo" do governo Lula em relação à criação de fundos para os futuros servidores públicos. O senador fez a observação ao enaltecer o artigo "A gênese do recuo", da *Folha de S. Paulo*, o qual pediu que fosse transcrito nos Anais do Senado.

No artigo, o jornalista Fernando Rodrigues avalia que a prioridade do governo seria a de "jogar para a platéia e agrandar corporações", para aprovar uma reforma "meia-sola" e garantir a reeleição em 2006. Pelo projeto, os novos servidores públicos receberiam aposentadoria básica equivalente à paga pelo INSS aos trabalhadores da iniciativa privada, mais o adicional a ser pago pelo fundo de previdência complementar.

Senado faz palestras sobre criança adotiva

A Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (SAMS) promoverá, a partir de hoje, palestras sobre o tema "A criança adotiva e suas famílias", que contará com a participação de médicos, psicólogos e da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que preside a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Hoje haverá palestra com Nazir Hamad, psicanalista francês, no auditório da Anatel, às 20h. Amanhã, às 14h, o mesmo tema será debatido por Mário Simil, psicanalista e psiquiatra. Na sexta-feira, às 12h, no auditório da SAMS, a nutricionista Adriana Carreira fala sobre alimentação infantil.

Augusto Botelho pede fiscalização contra abusos de planos de saúde

Empresas fazem descredenciamento arbitrário de clínicas e médicos, denuncia o senador

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que seja enérgica na contenção de abusos praticados por operadoras de planos de saúde. Ele comentou que essas empresas vêm batendo recordes de reclamações nas Procuradorias de Defesa do Consumidor (Procons) de todos os estados brasileiros. A principal queixa seria com relação ao descredenciamento arbitrário de serviços médico-hospitalares.

Na avaliação do senador, o consumidor que adere a um

Roosevelt Pinheiro



DIREITO Augusto Botelho observa que descumprimento de exigências assegura indenização

seguro ou plano de saúde o faz levando em conta os médicos, laboratórios, clínicas, hospitais e serviços auxiliares de diagnósticos e terapia credenciados. O descredenciamento de médicos e hospitais, afirmou, termina por le-

sar o consumidor, frustrando suas expectativas iniciais.

– O descredenciamento de serviços médico-hospitalares por parte das operadoras de planos de saúde é, certamente, um dos assuntos mais discutidos e controversos na Lei de Planos de Saúde e que mais trazem danos ao consumidor. A abusiva conduta de descredenciar serviços, sem qualquer substituição, é prática comum por parte das operadoras, apesar de expressamente proibidas de fazê-lo, não só pela Lei dos Planos de Saúde, como pelo Código de Defesa do Consumidor – afirmou Augusto Botelho.

Segundo o senador, a Lei de Planos de Saúde só admite a

substituição das unidades de serviços médico-hospitalares em casos específicos. Também exige, para a substituição, que haja equivalência das entidades médico-hospitalares, que os consumidores sejam comunicados da troca com antecedência mínima de 30 dias e que a Agência Nacional de Saúde Suplementar também seja informada.

Augusto informou que nem sempre, ou quase nunca, essas exigências são cumpridas pelas operadoras. Tal fato, afirmou, pode gerar o direito de o consumidor ser indenizado, já que o Código de Defesa do Consumidor exige que o fornecedor de serviços responda, independentemente de culpa, pelos danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços e também por informações prestadas de forma insuficiente.

Projeto de Tebet inclui tipo sanguíneo na certidão



Célio Azaveito

FACILIDADE Tebet argumenta que informações são muito úteis nos atendimentos emergenciais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania delibera ainda este ano sobre projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que exige a identificação sanguínea (tipo e fator Rh) na certidão de nascimento dos recém-nascidos. O projeto (PLS 292/2003) altera a Lei de Registros Públicos e deverá ser votado em decisão terminativa.

O projeto estabelece que o tipo sanguíneo e o fator Rh deverão ser informados pelo hospital ou maternidade onde ocorreu o nascimento. Quanto à criança que não nasceu em

hospital ou maternidade, terá seu sangue identificado por hospitais e centros de saúde públicos em 60 dias, a contar da data do nascimento.

Tebet argumenta que a medida facilitará a adoção de cuidados médicos em quaisquer urgências. "O lançamento dessas informações na certidão de nascimento, em países que já superaram a maioria de suas dificuldades socioeconômicas, é condição definida como essencial", afirma.

O senador informa que, na França, não só o tipo sanguíneo

e o fator Rh constam da certidão, como também, em livreto próprio – semelhante a um passaporte –, são informados o sexo da criança, a região do país e o local de nascimento, a cor da pele e dos olhos, as vacinas recebidas, formando-se um código identificador que facilita não somente nas emergências médicas, mas até localizar e identificar a criança eventualmente posta em situação excepcional. Ele ressalta que sua proposição não chega a tanto, atento que está às limitações socioeconômicas brasileiras.



Roosevelt Pinheiro

PERDA Luiz Otávio manifestou pesar pela morte do jornalista Roberto Marinho

Luiz Otávio prevê discussão construtiva

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) discordou de afirmação atribuída ao presidente do Senado, José Sarney, na manchete de sexta-feira do *Jornal do Senado* (veja matéria abaixo), prevendo que a reforma previdenciária seria aprovada sem modificações. “Essa matéria, principalmente a taxaço dos inativos, será uma discussão que ocorrerá na Casa, e tenho certeza que para o bem do Brasil”, salientou.

Luiz Otávio disse estar convicto de que o PMDB vai discutir no Senado, por meio da sua liderança, a posição que a bancada adotará na condução dessa matéria.

Em aparte, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que o Senado realizará uma discussão no patamar que o Brasil espera, a fim de contribuir com o resultado final.

Luiz Otávio ainda manifestou seu pesar à família Marinho e a todo o país pela morte de Roberto Marinho. “No Pará temos presença maciça das Organizações Globo”, comentou.

Efraim anuncia emenda contra taxaço de inativos

■ Segundo o senador, derrubar a cobrança é defender “os que contribuíram a vida toda com o país”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) informou sexta-feira que apresentará emenda contra a taxaço dos inativos, aprovada no texto da reforma previdenciária votado pela Câmara dos Deputados. Efraim pediu aos senadores para assumirem posição “em defesa dos que contribuíram a vida toda com o país”, derrubando no Senado essa modificação. Ele assinalou ainda ter certeza de que o presidente do Senado, José Sarney, como democrata que é, garantirá aos senadores o direito de discutir e possivelmente mudar a reforma da previdência.

– Essa será a forma de dizer aos brasileiros que o Senado existe e tem competência para mudar o que vem da Câmara. Para que existe o Senado, se não tivermos direito de discutir essa matéria? Temos prerrogativa para mudar o texto e vamos tentar fazer isso – afirmou.

Efraim leu no Plenário parte de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre documento do Banco Mundial denominado “Políticas para um Brasil justo, sustentável e competitivo”. Segundo o texto, para a liberação de um empréstimo de US\$ 8 bilhões o Banco Mundial faz exigências como fim da univer-



José Cruz

ALVO Efraim Morais aponta manobra para empobrecer a classe média brasileira

sidade pública gratuita, eliminação das deduções de gastos com saúde e educação do pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Física; fim da paridade dos benefícios previdenciários do sistema público e fim da multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa.

– A terceira exigência, a paridade, foi mantida pela Câmara e deverá ser conservada no Senado. Mas o governo está indo na linha da eliminação das deduções e queria o fim da paridade. O mais difícil é ver um governo liderado pelo PT, que conhecemos desde sua criação, abrigar tais teses, que contrariam seu ideário. Não quero acreditar, pela história do PT, que o governo venha a aceitar essas exigências – salientou.

O senador acredita que está

em curso manobra que visa empobrecer a classe média brasileira. Disse também que parece haver a intenção de transformar o Brasil em país com duas classes sociais: os muito pobres, a serem contemplados com programas assistencialistas, e os competitivos, que se preparariam para atuar no ambiente da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e do comércio internacional.

– As economias dos países desenvolvidos são formadas basicamente por pessoas da classe média, com bom poder aquisitivo, criando um vigoroso mercado interno. Essa classe média é apoiada por vasta gama de serviços públicos. O Banco Mundial propõe ao Brasil projeto distinto do que aplica nas nações desenvolvidas – ressaltou.

Efraim leu reportagem sobre relatório do PNUD, programa das Nações Unidas de promoção do desenvolvimento, que critica a política do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a reforma previdenciária deverá ser discutida no Senado. Acrescentou que o governo não acabará com a multa de 40% do FGTS no momento da demissão. Paim e o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) destacaram ainda que o ministro da Educação, Cristovam Buarque, é favorável à universidade pública e gratuita.



Waldemir Rodrigues

PAPEL ATIVO “Senado não deve apenas carimbar textos votados na Câmara”, afirma Paim

Paim defende debate de todas as reformas

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs o debate sobre a reforma da Previdência, no Senado, para que sejam encontradas alternativas a questões como taxaço dos inativos e regras de transição. O vice-presidente do Senado afirmou que o texto aprovado na Câmara dos Deputados em primeiro turno não reflete a opinião dos 81 senadores e que, portanto, deve ser alterado no que esses julgarem necessário.

– O Senado não vai se tornar um cartório dessa ou daquela reforma, desse ou daquele projeto – ressaltou.

Para Paim, todas as reformas, incluindo a tributária e a trabalhista, devem ser discutidas no Senado. “A Casa não deve apenas carimbar textos votados na Câmara”, salientou, lembrando que, quando era deputado, registrou que “cerca de 90% dos projetos do Senado eram alterados na Câmara, isso sem nenhum detrimento do trabalho dos senadores”.

“Temos que fazer a legítima defesa do nosso Poder”, declarou, em aparte, o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), que reiterou sua posição favorável à derrubada da contribuição dos inativos.

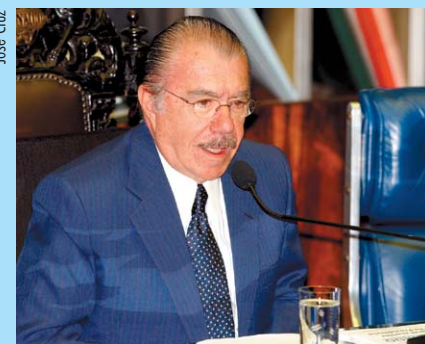
Paim disse que entende a avaliação do presidente do Senado, José Sarney, sobre as negociações realizadas pelos deputados para modificar a proposta do Executivo. E que o presidente Sarney não quis falar em nome de todos os senadores, que “nem sabem como será a redação final da reforma da Previdência”.

O senador ressaltou que não concorda com a iniciativa dos prefeitos decretarem greve como forma de protestar contra a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Sarney diz que não antecipa nem impõe decisão do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, disse sexta-feira, referindo-se à votação da reforma da Previdência, que seria “a última pessoa a antecipar e impor uma decisão que cabe soberanamente à Casa”. A afirmação foi feita diante da manchete daquele dia do *Jornal do Senado*, na qual Sarney discordou do uso do verbo “dever”, por considerar que poderia levar a uma interpretação dúbia de sua posição.

A manchete dizia: “Sarney: Senado deve manter texto da reforma da Previdência”. Conforme o senador, se o Senado pode o mais, que é recusar a reforma, pode o menos, que



José Cruz

PRERROGATIVA Conforme Sarney, nenhuma matéria passa sem exame

é modificá-la. “Eu jamais, como presidente, iria deixar de defender suas prerrogativas, sabendo, devido à longa experiência, que nenhuma matéria passa nesta Casa sem exa-

me, sem que possa ser estudada e de qualquer maneira modificada”, frisou.

– Fui o primeiro, nesta manhã, a procurar o diretor de Comunicação Social da Casa (Armando Rollemberg) para, infelizmente, fazer uma retificação ao nosso jornal, na manchete publicada sobre declarações que prestei à imprensa do país. Os senhores senadores poderão verificar nos outros jornais, todos, que nosso jornal realmente empregou um verbo que pode levar a uma interpretação dúbia quando diz “Senado deve manter texto da

reforma da Previdência”, como uma declaração atribuída a mim, declaração que não foi feita – afirmou.

Na conversa com os jornalistas na véspera, Sarney comentou que a reforma da Previdência já teve seus pontos fundamentais discutidos e intensamente estudados, diminuindo os espaços para uma reabertura das negociações.

– Essa é uma constatação de fato. Assim, acho que as observações feitas aqui pelos senadores foram, todas elas, baseadas nessa manchete, com o verbo dever que me foi atribuído sem que eu o tivesse utilizado – explicou.



Roosevelt Pinheiro

BENEFÍCIOS João Ribeiro destacou papel do segmento na geração de empregos

João Ribeiro pede atenção a microempresas

As pequenas e microempresas devem receber tratamento diferenciado na formulação de um novo modelo de desenvolvimento, principalmente no âmbito da reforma tributária que está sendo discutida no Congresso Nacional. A recomendação é do senador João Ribeiro (PFL-TO), que destacou sexta-feira, em Plenário, o papel dessas empresas na geração de empregos e de riquezas para o país.

Para que se modifique o modelo geral, afirmou, é preciso alterar o padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil segundo o qual "desenvolvimento se confunde apenas com crescimento econômico baseado na grande indústria". É necessário, disse, que o Estado reorganize sua atuação, passando a agir de forma mais descentralizada e em parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada.

Estratégias

Esse cenário de mudança deveria conter quatro estratégias, na opinião do senador: a elevação do potencial competitivo das empresas no contexto globalizado; a geração de empregos; a elevação da qualidade de vida da população; e o reconhecimento da influência dos pequenos negócios na redução das desigualdades e da pobreza.

João Ribeiro sugeriu a adoção, na reforma tributária, de mecanismos capazes de simplificar a burocracia, indicando, como orientação, as práticas praticadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Para o senador, a reforma tributária, em termos práticos, também deve permitir que o sistema simplificado de tributos, o Simples, seja estendido ao maior número de setores.

Mutuário devedor pode ter direito de recomprar imóvel

Projeto de Luiz Otávio agiliza a venda de casa ou apartamento que estiver com a prestação atrasada

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) informou sexta-feira, ao Plenário, que apresentou projeto permitindo que o mutuário devedor do sistema de habitação, cuja casa ou apartamento já tenha sido retomado por instituição oficial de crédito, possa adquirir o imóvel pelo preço de mercado sem necessidade de leilão.

Segundo Luiz Otávio, o Projeto de Lei nº 303/2003 cria procedimento simplificado e rápido de venda dos imóveis em atraso para os próprios mutuários, de forma que a instituição bancária defina o preço de



Roosevelt Pinheiro

DIFICULDADE Segundo Luiz Otávio, reajustes altos impedem pagamento da prestação em dia

venda do apartamento ou casa, desde que o valor seja no máximo R\$ 30 mil.

– Todos os dias assistimos a invasões de conjuntos habitacionais por pessoas que não

têm capacidade de cumprir com os contratos de financiamento, principalmente tendo em vista os altos índices de reajuste que impossibilitam o cidadão de manter-se em dia com os pagamentos. Se no leilão qualquer um pode comprar o bem, por que a pessoa, que às vezes ainda está no imóvel, não pode? É uma injustiça. Essa modificação fará a Justiça ser mais clara, mais objetiva – ressaltou o senador.

Para evitar que o procedimento simplificado se torne um incentivo para que os mutuários deixem de honrar as prestações, o projeto estabelece a necessidade de pagamento de uma taxa de ocupação pelo período em que o ocupante houver habitado o imóvel de maneira informal. A taxa é de 0,4% do valor de avaliação do imóvel por mês de ocupação.

Eurípedes saúda criação da Frente em Defesa da Igualdade Racial

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) saudou a criação, no Congresso, da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. A iniciativa objetiva debater, articular e propor projetos legislativos visando à promoção da igualdade humana mesmo na presença de diferenças étnicas e raciais.

– Vamos à luta para que os princípios de igualdade, justiça e cidadania plena, consagrados na ordem jurídica, passem a vigorar na prática – observou.

Conforme o senador, o Brasil vive um momento em que o governo e a sociedade acenam para o reconhecimento de uma tragédia social que envergonha a todos: o preconceito, a discriminação e o racismo, dissemi-



José Cruz

CONSEQÜÊNCIAS Eurípedes avalia que preconceito foi devastador para negros e índios

nados nas relações humanas sob pretexto de dominação política. Surge a percepção, ressaltou, de que essa situação produziu efeitos devastadores sobre vários grupos populacio-

nais, entre eles os negros e os indígenas.

Eurípedes também manifestou satisfação diante do grande número de parlamentares que apoiaram o expediente encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitando a reabertura da Embaixada do Brasil em Camarões, na África. A Casa Civil, disse o senador, prometeu analisar e encaminhar o assunto.

O parlamentar considerou a criação da Frente Parlamentar Brasil/Camarões iniciativa importante para a aproximação política do Brasil com a África. Para Eurípedes, a iniciativa está sintonizada com as ações do Poder Executivo de promover a igualdade social.



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇA Modalidade de licitação já foi adotada pela Câmara, disse Delcídio

Uso do pregão nas compras trará economia ao Senado, diz Delcídio

A nova modalidade de licitação adotada pelo Senado Federal, conhecida como pregão, foi elogiada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), que destacou a economia, transparência e celeridade nos procedimentos de compras e aquisições. Ele cumprimentou o presidente da Casa, José Sarney, e o primeiro-secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), pela iniciativa.

Delcídio lembrou que o pregão vem sendo utilizado pela Câmara dos Deputados desde junho de 2001. O governo também estendeu o pregão a todos os órgãos do poder público federal após o sucesso obtido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com a nova sistemática na aquisição de bens e serviços, informou o senador.

Simon: vinho nacional deve ser isento do IPI

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a isenção da produção de vinhos nacionais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo ele, os vinhos têm perdido espaço no mercado interno para os similares importados, que têm os preços reduzidos devido a incentivos fiscais e subsídios.

Apesar de o vinho nacional ser considerado um dos melhores do mundo, a bebida tem consumo reduzido entre os brasileiros, além de gerar poucas divisas com exportações, afirmou o senador, acrescentando que o mercado para vinho importado aumentou de 6 para 30 milhões de litros por ano no Brasil.

Para Simon, isso ocorre devido ao excesso de tributação dos vinhos nacionais, que perdem competitividade com os produzidos em outros países, onde há menos impostos e até mesmo subsídios para a produção da bebida.

– No Brasil, a carga tributária sobre o vinho chega a inaceitáveis 42%. Em outros países que operam no mercado internacional chega no máximo a 12% – constatou ele.

O senador argumentou ainda que os benefícios da isenção, que ele deve propor em projeto de lei, teriam impacto favorável no balanço de pagamentos, além de gerar mais empregos e renda. Ele explicou que a maior parte da produção do vinho ocorre em pequenas propriedades do Rio Grande do Sul, onde 15 mil famílias vivem da produção da uva e sua transformação.

– Podemos então avaliar a dimensão social dessa atividade – ressaltou Simon.



Waldemir Rodrigues

DIMENSÃO SOCIAL Medida beneficia pequenos produtores, afirma Pedro Simon



ABATIMENTO Senadores também examinam projeto que acaba com o limite máximo de deduções com educação no Imposto de Renda

CAE avalia isenção de IPI para tratores pequenos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, às 10h, substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao projeto de lei (PLS 84/1999) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de tratores de baixa potência (até 60 HP) e máquinas agrícolas usadas por pequenos e médios produtores rurais.

A isenção se estende às ambulâncias compradas por hospitais filantrópicos, especialmente as Santas Casas de Misericórdia das prefeituras, desde que elas atendam pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto original foi apresentado pelo ex-senador Lúcio Alcântara e, durante a tramitação, foi juntado a outros 13 projetos de senadores que propõem isenções de IPI.

Roberto Saturnino aceitou parcialmente vários projetos em seu substitutivo, também isentando por cinco anos os municípios com até 50 mil habitantes na compra de caminhões e ônibus para transporte escolar gratuito. A proposta amplia a atual isenção de IPI para pessoas portadoras de deficiência física, que hoje já têm direito a comprar automóvel sem o imposto. Agora, Saturnino propõe que os equipamentos e instrumentos neces-

sários à adaptação dos veículos de deficientes também tenham a isenção.

Consta ainda da pauta de discussão da CAE projeto do ex-senador Carlos Wilson (PLS 81/2002) que acaba com o limite máximo para abatimento de gastos com educação de dependentes na declaração anual do Imposto de Renda, ou seja, o abatimento não será limitado em valor. A dedução atual é de R\$ 1.998 e a proposta conta com parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Outro projeto (PLS 83/2003) em debate na CAE, também tratando sobre isenção de impostos, foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e estabelece que os aposentados que sofrem de hepatite C não pagarão Imposto de Renda. Atualmente, existe isenção para aposentados acometidos por 16 doenças graves, entre elas Aids, mal de Parkinson, tuberculose ativa, câncer, cegueira e hanseníase, entre outras.

Paulo Paim sustenta que as pessoas aposentadas que sofrem dessas doenças graves têm gastos elevados com remédios e hospitais e a isenção é justa. O relator do projeto, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), concorda com os argumentos do autor.

■ Medida provisória autoriza, na prática, uma operação de antecipação de receita para estados

A ordem do dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã depende da votação da Medida Provisória (MP) 120, de 2003. A proposta prorroga, de 31 de dezembro de 2001 para 31 de dezembro de 2003, o prazo para que a União esteja autorizada a receber dos estados e do Distrito Federal os créditos a que eles têm direito como compensação financeira decorrente da exploração, em seus territórios, de recursos hídricos para geração de energia elétrica, petróleo e gás natural. Na prática, é uma operação de antecipação de receitas para os entes federativos.

Pela MP, a União receberá os créditos e pagará em títulos fe-

derais (denominados Certificados Financeiros do Tesouro), que os estados e o Distrito Federal deverão usar obrigatoriamente para saldar dívidas com a própria União ou na capitalização dos fundos estaduais de previdência.

A ordem do dia prevê ainda o início da discussão da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) que limita a 2% das receitas correntes líquidas o montante máximo a ser comprometido no orçamento com o pagamento de precatórios, exceto os de natureza alimentícia (PEC 23/03). O projeto tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO).

A proposta também determina que os débitos excedentes sejam parcelados em até 60 meses. A proposição é justificada pelo autor por permitir que os entes federativos sal-

dem os compromissos assumidos no passado sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na quarta-feira, o Plenário examina o projeto de lei (PLC 19/03) do Executivo que obriga a intimação pessoal dos representantes judiciais do poder público. No parecer aprovado na CCJ, o relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), ressalta que a proposição elimina “as hipóteses de revelia ou ausência de defesa do poder público”.

Após apresentação de voto em separado a seu relatório, Simon pediu reexame da matéria e acolheu em novo parecer a alteração proposta pelo senador Tião Viana (PT-AC). Aos representantes dos estados e do Distrito Federal previstos na proposta acrescentou-se a obrigação de intimação pessoal aos procuradores federais e aos advogados e procuradores do Legislativo. Caso o representante resida fora da sede da demanda, a intimação deve ser feita por carta registrada.

CPI do Banestado recebe informações colhidas pela Assembléia paranaense

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a remessa ilegal de divisas por meio de contas CC-5 vai receber informações sobre a investigação feita por comissão da Assembléia Legislativa do Paraná. Esse é o objetivo dos depoimentos dos deputados estaduais paranaenses Neivo Beraldin e Mário Sérgio Bradock, previstos para amanhã, a partir das 9h.

Senadores e deputados federais que integram a CPI do Banestado estiveram no Paraná, há três semanas, para encontro com pro-

curadores e técnicos que investigam os esquemas de remessa ilegal e lavagem de dinheiro. De acordo com estimativas, cerca de US\$ 30 bilhões teriam saído irregularmente do Brasil, apenas por Foz do Iguaçu (PR). Já na ocasião, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), afirmou que os deputados estaduais, presidente e relator da comissão paranaense seriam chamados a depor.

– Queremos que eles nos encaminhem também documentos e depoimentos colhidos – afirmou.



COOPERAÇÃO Antero quer documentos e depoimentos colhidos no Paraná



ALERTA Mesquita Júnior pede divulgação de mensagens contra o consumo de bebidas

Anúncio de bebida em rádio e TV pode ser proibido

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar pauta de seis itens, entre os quais parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) favorável ao projeto (PLS nº 182, de 2003) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) que modifica a definição de bebida alcoólica e veda a sua propaganda nas emissoras de rádio e televisão

de todo o país. O projeto será ainda analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A legislação atual considera alcoólicas as bebidas com teor de álcool superior a 13 graus GL, o que exclui das restrições a propaganda de cervejas e da maioria dos vinhos e coquetéis. Segundo a proposta de Mesquita Júnior, passa a ser consi-

derada bebida alcoólica todo líquido potável que possuir qualquer teor de álcool.

“É imprescindível rever essa definição e atacar mais duramente a propaganda comercial de bebidas alcoólicas, banindo-a dos veículos de comunicação dependentes de permissão ou concessão pública. Também é necessário divulgar advertências sobre os malefícios

do consumo de álcool e sobre a proibição da venda a menores de 18 anos”, afirma Mesquita Júnior na justificativa do projeto.

Também deverá ser analisado pela CE requerimento de Hélio Costa (PMDB-MG) que propõe realização de audiência pública para discutir a garantia de mais espaço à dramaturgia nacional na programação da TV.

Valmir Amaral quer norma de acesso a jogo em rede

Projeto atribui a juízes a fixação de horário em que menores poderão frequentar estabelecimentos

O acesso do público infanto-juvenil às casas de jogos em computador conectado à Internet poderá ser regulamentado pelos juízes das Varas de Infância e Adolescência, conforme estabelece projeto de lei (PLS nº 250/2003) apresentado pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). A proposta, que acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo.

De acordo com o projeto, ca-



Célio Azevedo

PREVENÇÃO Valmir Amaral argumenta que muitas crianças e jovens se tornaram viciados

berá aos titulares desses juzizados definir os horários em que menores poderão frequentar aqueles estabelecimentos, também conhecidos como *lan houses*. Os responsáveis pelas casas de jogos deverão afixar a determinação judicial em local

visível e impedir a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no recinto em horários diversos dos estabelecidos, além de adotar outras providências que facilitem o cumprimento de decisão.

Vício

Com o advento dessa modalidade de diversão no Brasil, Valmir Amaral alerta para o surgimento de inúmeros casos de crianças e adolescentes que se tornaram viciados nesse tipo de jogo eletrônico, “acarretando sérios problemas em suas vidas”.

– Faz-se mister que o poder público aja de forma segura, controlando e supervisionando a diversão para evitar excessos que prejudicam os jovens, levando-os ao ócio e à negligência no cumprimento dos seus deveres – adverte.



Jane de Araújo

PUBLICAÇÃO Trabalho entregue a Sarney pelo historiador Henrique Arthur de Souza, que estava acompanhado por Lobão, será editado

Pesquisa levanta genealogia do ex-senador La Rocque

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu sexta-feira o especialista em Genealogia e História Henrique Arthur de Souza, que veio entregar à Casa três volumes contendo o resultado de suas pesquisas a respeito da história familiar do ex-senador Henrique de La Rocque.

O pesquisador estava acompanhado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que sugeriu a

publicação da pesquisa pelo Senado, por seu interesse histórico.

– O senador Sarney vai estabelecer com a Secretaria Especial que cuida das publicações da Casa a edição desta obra, e imagino que ainda neste ano possamos estar editando o livro – anunciou Edison Lobão, que se comprometeu a escrever o prefácio.

Eu sou Senado Federal. E você?



Fotos: Jane de Araújo (retrato) + Waldemir

Essa campanha é para VOCÊ que trabalha e tem ORGULHO de fazer parte desta Casa.

Secretaria de Comunicação Social

A TV e a Rádio Senado vão contar, a partir do dia 12 de agosto, os 180 anos do Poder Legislativo. VOCÊ, servidor, é o personagem principal. Senado Federal. Aqui se constrói a história do Brasil.

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Diretora de Comissões



A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Mozarildo Cavalcanti, Eurípedes Camargo e Efraim Morais